

## A GEOGRAFIA POLÍTICA LOCAL NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES CIDADÃOS

Vanize Maria Gomes da Silva<sup>1</sup>  
Ruan Carlos Fernandes da Silva<sup>2</sup>  
Gevson Silva Andrade<sup>3</sup>

### RESUMO

Tendo em vista que mesmo a geografia política sendo uma ciência que estuda a interação entre sociedade, estado e território e por consequência as relações entre espaço e poder, muitas vezes os professores acabam por focar em questões fora da realidade do aluno, portanto para o cidadão (em formação) possa compreender a relação espaço e poder que existe na sua vivência ele precisa aprender a Geografia política na escala local, sendo assim, pesquisou-se sobre a geografia política local na formação dos estudantes da educação básica, a fim de discutir a importância da geografia política em escala local na educação básica e como ela pode ser construída de maneira eficaz junto ao currículo escolar. Para tanto, é necessário discutir a importância da geografia política local na formação cidadã crítica em relação ao currículo escolar, entender a relevância da Geografia Política para a Educação brasileira; entender a relação entre Cidadania e a Geografia; e por fim compreender a abordagem da Geografia Política Local na Educação Básica a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Como metodologia esse trabalho utilizou uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico sobre a definição de Geografia Política e a sua relação com a educação; uma pesquisa documental através da BNCC para compreender os conteúdos que a base curricular traz como abordagem para a Geografia Política de base Local. Diante disso, verifica-se que existe uma lacuna no âmbito de Geografia Política Local diante da educação básica para a formação do aluno como cidadão, o que impõe a constatação de que é necessária uma abordagem acerca dos elementos da política em escala local em sala de aula, uma vez que trabalhar a realidade do estudante auxilia na formação dele como cidadão e a consolidação do processo de ensino aprendizagem no tocante da Geografia Política Local.

**Palavras-chave:** Geografia Política Local, Cidadão, Ensino, BNCC.

### INTRODUÇÃO

A Geografia é uma ciência que possui como objeto de estudo é o espaço geográfico e as relações nele estabelecida, levando em consideração que espaço geográfico é um palco da relação entre ser humano e o meio, a Geografia vai possuir várias áreas de estudos, entre elas estará a Geografia Política.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Geografia da Universidade de Pernambuco - UPE, vanize.gomes@upe.br

<sup>2</sup> Graduado pelo Curso de Geografia da Universidade de Pernambuco – UPE,

De acordo com Castro (2017, p.17), a Geografia política “pode ser compreendida como um conjunto de ideias políticas e acadêmicas sobre as relações da Geografia com a política e vice-versa”. Portanto, o principal objetivo dessa área de pesquisa é analisar como os fenômenos políticos se territorializam e recortam espaços significativos das relações sociais.

Mesmo a Geografia Política sendo uma ciência que estudando a interação entre sociedade, estado e território e por consequência particularmente as relações entre espaço e poder muitas vezes os professores acabam por focar muito em questões um pouco de fora da realidade do aluno, é importante destacar que sim o estudante precisa compreender as relações de poder de territórios como um todo, mas ele precisa necessariamente entender primeiramente a relação de poder do território em que vive.

Vale destacar, que um dos principais objetivos da educação básica é a efetivação da cidadania, e a geografia política local oferece uma perspectiva valiosa para alcançar esse objetivo. A partir do estudo das dinâmicas políticas em uma escala local, os alunos podem adquirir uma compreensão mais profunda dos processos políticos e sociais que moldam sua comunidade e país. Além disso, a abordagem da geografia política local pode proporcionar uma aprendizagem significativa, ajudando os alunos a relacionar o conteúdo do currículo com suas próprias experiências e realidades.

Partindo desse princípio este artigo, tem como objetivo geral discutir a importância da geografia política local na educação e como ela pode ser construída de maneira eficaz ao currículo escolar.

Como objetivos específicos pretende-se entender a relevância da Geografia Política para a Educação brasileira; entender a relação entre Cidadania e a Geografia Política Local e por fim compreender a abordagem da Geografia Política Local na Educação Básica através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Como metodologia esse trabalho utilizou uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico sobre a definição de Geografia Política e a sua relação com a educação, além disso foi realizada uma pesquisa qualitativa documental através da BNCC para compreender os conteúdos que a mesma traz como abordagem para a Geografia Política Local.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho utilizou uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico sobre a Geografia Política e sua relação com a educação, a Geografia Política na Educação brasileira e a Cidadania com a Geografia Local. Para Silva e Fernandes (2011, p.26), “A pesquisa

qualitativa é usada quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para interpretação”.

Além disso contou também com uma pesquisa documental através da BNCC para compreender como a Base Nacional Comum Curricular apresenta conteúdos voltados para a Geografia Política.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **A Relevância da Geografia Política na Educação brasileira**

A geografia política é uma disciplina que estuda as relações entre política e território, analisando os dissensos e consensos presentes nessas relações e os esses processos sociais no território. De acordo com Fonseca (2017) durante os últimos anos, essa disciplina tem experimentado um revigoramento, especialmente no contexto brasileiro, onde diversos eventos e iniciativas foram realizados para promover o estudo e o debate sobre geografia política.

De acordo com Albuquerque (2014), A Geografia Política foi introduzida no currículo escolar brasileiro no século XIX, como parte das disciplinas de História e Geografia. Porém foi durante a Proclamação da República, que ela ganhou maior relevância por abordar temas como territorialidade, regionalização e identidade nacional.

Porém essa extensão da Geografia só foi consolidada no Brasil com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para Geografia, em 1997 (BRASIL, 1998), e posteriormente com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018 (BRASIL, 2018).

Para Girotto (208) a Geografia Política no Brasil vem sendo influenciada por diversos fatores, como a política educacional, a formação docente e a relação entre escola e universidade.

A política educacional brasileira tem enfrentado desafios, como a desigualdade social e a necessidade de uma educação pública de qualidade. A Geografia Política pode contribuir para a compreensão e a superação desses problemas, ao analisar a distribuição de recursos e a implementação de políticas públicas (GIROTTTO et al., 2019).

A formação docente em Geografia Política é fundamental para o desenvolvimento da disciplina. No entanto, ela enfrenta obstáculos, como a falta de articulação entre a formação inicial e a formação continuada, e a influência do mercado de trabalho na escolha das áreas de atuação (GIROTTTO e MORMUL, 2016).

A relação entre escola e universidade é importante para a construção de conhecimento na Geografia Política. A pesquisa acadêmica pode contribuir para a atualização e

aprofundamento dos temas trabalhados em sala de aula, enquanto a prática docente pode inspirar novas investigações e abordagens teóricas (GIROTTI, 2018).

É preciso destacar que o estudo da Geografia Política pode ser abordada de forma interdisciplinar, articulando-se com outras áreas do conhecimento, como a História, a Sociologia e a Filosofia. Essa abordagem permite uma compreensão mais ampla e aprofundada das questões políticas e territoriais, e logo contribui para a construção de um pensamento crítico e integrador (PONTUSCHKA, 2002).

Além disso, a Geografia Política contribui para a formação da identidade nacional ao possibilitar a reflexão sobre o espaço, o território e a cultura brasileira. O estudo das fronteiras, das regiões e das dinâmicas territoriais permite compreender a diversidade e a riqueza do Brasil, e desenvolver um sentimento de pertencimento e responsabilidade em relação ao país (VLACH, 1988).

Sendo assim, a Geografia Política é uma disciplina essencial na educação brasileira, pois permite compreender as dinâmicas territoriais, a distribuição de recursos e a influência das políticas públicas na sociedade. Ela contribui para a formação da cidadania, a interdisciplinaridade, a construção da identidade nacional. Além disso, a Geografia Política pode se aproximar da Filosofia da Libertação, buscando superar a dominação e a opressão por meio do diálogo e da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

### **A Cidadania e a Geografia Política Local**

A geografia, enquanto ciência, tem como objeto de estudo o espaço e a relação entre a sociedade e a natureza. Diversos autores, como Ausubel, Novak e Hanesian (1980), Brasil (2000, 1998), Callai e Zarth (1988), e Covre (2013), destacam a importância da geografia na formação do indivíduo e na construção da cidadania.

A legislação brasileira também contempla a inserção da cidadania e da geografia política local no ensino médio. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Fundamental e Médio, criados pelo Ministério da Educação (MEC), preveem o estudo da geografia com enfoque na formação do cidadão e na valorização das dinâmicas locais (Brasil, 2000, 1998)

A cidadania é um conceito central na educação, pois está intimamente relacionada à capacidade dos indivíduos de participar ativamente na vida política e social de sua comunidade e país. No contexto da geografia política, a cidadania pode ser praticada a partir de uma perspectiva local, analisando como os processos políticos e sociais que ocorrem em uma escala local afetam a participação cidadã e a efetivação da cidadania.

Sendo assim, é importante destacar que a localidade é uma ferramenta conceitual importante para a análise da cidadania e da Geografia, pois permite visibilizar e analisar aspectos específicos da participação política e social dos indivíduos em sua comunidade. Além disso, essa abordagem possibilita uma compreensão mais aprofundada da complexidade do território e de suas múltiplas escalas, esperançosa para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados.

A Geografia Política tem um papel fundamental na formação da cidadania, ao abordar temas como direitos humanos, democracia e justiça social. O pensamento crítico e a reflexão sobre a realidade são habilidades essenciais para o exercício da cidadania, e podem ser desenvolvidas por meio do estudo da Geografia Política (FREIRE, 2001).

O educador Paulo Freire defendia uma educação emancipadora, baseada na conscientização e na transformação da realidade (FREIRE, 2005). A Geografia Política pode contribuir para essa emancipação ao promover a compreensão dos processos políticos e territoriais e a busca por soluções para os problemas enfrentados pela sociedade (FREIRE, 1991).

Estimular o ensino de geografia e cidadania no ensino básico promove o protagonismo dos estudantes, estimulando a participação ativa na sociedade e por consequência a busca de soluções para problemas locais. A geografia, nesse sentido, pode ser utilizada como uma ferramenta para a construção de um pensamento crítico e a promoção da ação cidadã, conforme defende a professora e pesquisadora Karla Annyelly Teixeira de Oliveira, coordenadora do projeto Nós Propomos! Goiás e integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica-Lepeg/Iesa, da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Entretanto, a inserção da temática da cidadania e da geografia política local no ensino básico enfrenta diversos desafios, entre eles está a dualidade em contextualizar o ensino de Geografia, uma vez que muitos jovens não percebem a relevância da Geografia em seu cotidiano e na construção da Cidadania. (Magalhães e col. 2005); outros desafios como falta de material didático adequado também se faz bastante presente, uma vez que a maioria dos materiais disponíveis não aborda a Geografia Política local e a cidadania de forma integrada e contextualizada, entretanto cabe ao professor de Geografia atrair para as suas aulas além de matérias didáticos os que os estudantes já utilizam sempre (como livro didático) e abordar outras formas didáticas, como pesquisas de campo e debate referente a política local. Por último, é preciso ressaltar que o principal desafio para abordar a Geografia Política Local como ferramenta de auxílio a formação do aluno cidadão, está na formação dos professores, para que

se forme cidadãos cientes de suas funções políticas é necessário que primeiramente no ensino superior os estudantes de Geografia sejam capacitados para trabalhar com a temática da cidadania e da Geografia Política local considerando a diversidade de realidade e contextos presentes no território nacional, uma vez que assim o professor poderá lecionar os seus estudantes e só assim eles possam aprender.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **O papel da Geografia Política Local através da BNCC**

A geografia política é uma disciplina que tem o potencial de moldar a mente dos jovens, preparando-os para entender a complexidade do mundo moderno. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece este fato e, portanto, tem planos abrangentes para incorporar estudos avançados de geografia política em sua estrutura curricular.

A geografia política, como uma disciplina abrangente, proporciona aos alunos uma visão clara das tensões e conflitos contemporâneos, especialmente aqueles que são pertinentes na América e na África. A BNCC está comprometida em utilizar os conceitos de Estado, território, governo e país para ajudar os alunos a entender esses conflitos e estresse.

Segundo Castro (2020), a Base Nacional Comum curricular (BNCC) é um documento que define o conjunto de aprendizagens que são essenciais para que todos os estudantes desenvolvam ao longo das etapas da Educação Básica. Por esse motivo é preciso entender como esse documento aborda questões da Geografia Política Local.

Riceto (2017), aponta que as discussões da Geografia Política ou da geopolítica normalmente ficam restritas a repartições estratégicas do Estado, como forças armadas, serviços de inteligência, embaixadas, ministérios e secretarias. Porém, nos últimos séculos, outros agentes acabaram ganhando bastante importância na construção das ações analisadas por essa subdisciplinas, entre eles estão as grandes corporações empresariais, ONGs, e organizações supranacionais.

Partindo desse ponto, fez-se necessário uma pesquisa sobre como a Base Nacional Comum Curricular aborda a Geografia Política Local para a educação básica, logo foi-se percebido que a BNCC apresenta a Geografia Política como principal contexto apenas para a Geografia do Ensino Médio.

No que se trata de Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular agrupou as disciplinas tradicionais em áreas comuns, sendo elas: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

No subcapítulo específico de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, é proposto que o compromisso da BNCC tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos à interculturalidade e o combate aos preconceitos de qualquer natureza (Brasil, 2018).

A BNCC, apresenta dois principais conceitos da Geografia como principais conteúdo do Ensino Médio, sendo eles Território e Fronteira, como definidas pela BNCC, são as categorias mais diretamente ligadas à Geografia Política.

A BNCC apresenta seis competências específicas da Geografia no Ensino Médio, porém é importante destacar que as Competências são subdivididas em 26 habilidades, cujas quais são necessárias para garantir-se a aprendizagem da respectiva competência, das quais quatro são relevantes para esse estudo. Dessas 26 habilidades, 10 estão diretamente ligadas com a Geografia Política, ou seja, mais de 1/3 das habilidades. Para Castro (2020), isso demonstra o quanto a Geografia Política apresenta uma grande relevância para a BNCC e seus objetivos.

A primeira habilidade vai propor, entre outros fins, analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas e povos em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles. Por tanto, é possível perceber que essa habilidade necessita a discussão de muitos dos conflitos que ocorrem no mundo atual, sendo diretamente relacionada à Geopolítica.

A segunda habilidade de competência específica 2 requer análise e avaliação do impacto das tecnologias na estruturação e dinâmica dos grupos, nações e sociedades contemporâneas (populacionais, financeiras, bens, informações, valores éticos e culturais, etc.), bem como os seus interferência nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais. Essa habilidade é consistente com o tema da globalização e suas causas resultado.

A terceira habilidade é tem por finalidade comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e formação do território, áreas territoriais e fronteiras, identificação de papéis vários agentes (tais como grupos sociais e culturais, impérios, nações-estado e organismos internacionais) e tendo em conta os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade etnocultural e as características socioeconômicas e políticas e tecnológico. A quarta habilidade é analisar a produção de diferentes territorialidade em seus aspectos culturais, econômicos,

ambientais, políticos e questões sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com ênfase nas culturas juvenis. É interessante notar que essas duas habilidades envolvem tópicos de geografia. Mas a política também representa a possibilidade de uma abordagem interdisciplinar com sociologia.

A competência específica 4: analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutem o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação de empresas. Por meio dessa competência da BNCC visa, entre outras coisas, que os alunos compreendam o significado trabalham em diferentes culturas e sociedades, suas especificidades e processos de estratificação social caracterizada por maior ou menor desigualdade econômica e social e participação política. Para Base é importante que os pontos emprego, trabalho e renda são analisados nos contextos específicos que favorecem entender a sociedade e suas consequências e dinâmicas sociais decorrente do mercado. Pesquisas de transformação técnicas, tecnológicas e informacionais devem enfatizar novas formas de trabalho, bem como seus impactos, principalmente em relação aos jovens e às gerações futuras. As discussões sobre novas formas de trabalho têm um lugar especial na geografia ensinado no ensino médio.

A última competência específica a ser analisada é a 6: participação no debate público criticamente, respeitar diferentes posições e tomar decisões coordenadas ao exercício da cidadania e de seu projeto de vida com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. A BNCC afirma que a construção da cidadania é um exercício contínuo e dinâmico que requer a participação de todos para garantir seus direitos e fazer cumprir as obrigações acordadas nas políticas princípios constitucionais e respeito aos direitos humanos. Portanto, esta competência sugere que percebem o papel da política na vida pública, discutem a natureza e as funções estado e o papel de várias entidades e organismos no funcionamento social. Segundo Castro (2020), para o desenvolvimento dessa competência, a Base espera que a política seja explorada como instrumento que permite às pessoas explicitar e debater ideias, abrindo caminho para o respeito a diferentes posicionamentos em uma dada sociedade.

Essas são as competências que a Base Comum Curricular apresenta na Geografia que são claramente compatíveis com a Geografia Política, entretanto a análise que pode ser realizada é a falta da Geografia Política local dentro dessas competências e conseqüentemente dentro das habilidades também.



É importante ressaltar que a Geografia Política local ela é de extrema importância para a formação do estudante como cidadão na educação básica, uma vez que é na escola que forma os estudantes para exercerem seu papel como cidadão, entretanto infelizmente ainda é muito vasto a transmissão de conhecimentos sobre a Geografia Política local, uma vez que pelo fato da BNCC ela globalizar uma educação dentro do Brasil muitos professores se fixam apenas em apresentar o que os livros didáticos, ou o organizador educacional apresenta e esquece de trabalhar a realidade do estudante.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando iniciou-se a pesquisa constatou-se que mesmo a Geografia Política sendo uma ciência que estuda a interação entre sociedade, estado e território e por consequência particularmente as relações entre espaço e poder muitas vezes os professores acabam por focar muito em questões um pouco de fora da realidade do aluno, é importante destacar que sim o estudante precisa compreender as relações de poder de territórios como um todo, mas ele precisa necessariamente entender primeiramente a relação de poder do território em que vive. Partindo desse ponto, fez-se a necessidade de analisar como a BNCC apresenta os conteúdos de Geografia Política para a Educação Básica.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral discutir a importância da geografia política local na educação e como ela pode ser construída de maneira eficaz ao currículo escolar.

O objetivo específico inicial era entender a relevância da Geografia Política para a Educação brasileira, e ele foi atendido de forma positiva uma vez que foi possível entender a importância da Geografia Política para a educação como um todo.

O segundo objetivo específico foi entender a relação entre Cidadania e a Geografia Política Local, esse objetivo foi atendido uma vez que foi apresentado de forma clara e discursiva a relação entre a cidadania e a Geografia Política Local.

O terceiro e último objetivo específico foi entender a relação entre Cidadania e a Geografia Política Local e por fim compreender a abordagem da Geografia Política Local na Educação Básica através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Esse trabalho utilizou como metodologia uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico sobre a definição de Geografia Política e a sua relação com a educação, além disso foi realizada uma pesquisa qualitativa documental através da BNCC para compreender os conteúdos que a mesma traz como abordagem para a Geografia Política Local.

### **REFERÊNCIAS**



BOROWSKI, L.M; FONSECA, A.A.M.D. O Ensino da Geografia Política Local na Escola como Perspectiva da Efetivação da Cidadania. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2055.

CASTRO. Iná Elias de. Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011

SILVA, Paulo R. F. De A e S.; FERNANDES, Edival P. **CAMINHOS DO PROJETO DE PESQUISA AO TCC**. Sirinhaém: Inovação, 2011.

SILVA, D.J; SILVA, S.C.D; Contribuições da Geografia Política para a formação do aluno cidadão. Espírito Santo: Vitória AGB, 2014.